

ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE AMBIENTAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E PROBLEMAS AMBIENTAIS LOCAIS: O CASO DE SÃO JOSÉ DO SUL/RS, BRASIL

DOI: 10.19177/rgsa.v6e32017612-633

André Preissler Loureiro Chaves¹

Taís Führ²

Jamile Machado Hallam³

Juliane Maria Bender¹¹

RESUMO

O setor de saúde tem sido instado a participar ativamente, seja pela sua atuação tradicional no cuidado a populações atingidas por riscos ambientais, seja pela valorização das ações de promoção. Dentro da Atenção Básica (AB) o Ministério da Saúde possui como principal estratégia para remodelar o modelo de assistência à saúde, o programa “Estratégia Saúde da Família” (ESF). O presente estudo teve por objetivos realizar o diagnóstico ambiental do município de São José do Sul/RS, Brasil, descrever o processo de promoção da Saúde Ambiental no ESF e problematizar o envolvimento do profissional de meio ambiente na Atenção Primária Ambiental (APRIMA). Aplicaram-se questionários junto aos agentes comunitários de saúde (ACS) e comunidade, e entrevistas com os profissionais da unidade básica de saúde (UBS) e gestores municipais. A caracterização ambiental mostrou que o município apresenta problemas relacionados com as práticas do campo, como o uso de agrotóxicos, incinerações não autorizadas, vetores e desmatamento. Além de problemas urbanos como a falta de saneamento básico. As entrevistas com os gestores e profissionais de saúde mostraram que o conceito de Saúde Ambiental não está, ainda, inserido no cotidiano, denotando tratar-se de um campo pouco explorado. Este estudo elenca uma série de ações que poderiam ser tomadas em conjunto com o profissional da Engenharia Ambiental, visando o enfrentamento das questões ambientais do município de São José do Sul/RS como: capacitação dos ACS na temática, o uso de agrotóxicos, suinocultura, saneamento básico, melhorias sanitárias domésticas (MSD) e oficinas municipais de saúde (OMS), resíduos orgânicos e abastecimento por poços artesianos.

Palavras-chave: Atenção Primária Ambiental; Engenharia Ambiental; Estratégia Saúde da Família; Agente Comunitário de Saúde; Análise de Conteúdo.

¹ Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. University of Surrey. Pós-doutorado pelo Centre for Environment and Sustainability. E-mail: andreplc@terra.com.br

² Universidade Luterana do Brasil. Graduada em Engenharia Ambiental e Sanitária. E-mail: taisfuhr@hotmail.com

³ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Universidade Luterana do Brasil. Engenheira Ambiental e Sanitária. E-mail: jamilehallam@hotmail.com

¹¹ Secretária de Saúde, Saneamento e Assistência Social. São José do Sul, RS. Pós-graduada em Equipes Gestoras de Sistemas e Serviços de Saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: juli.bender@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O campo da Saúde Ambiental procura relacionar a saúde humana aos fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determina, condiciona e a influencia, por meio de uma proposta interdisciplinar, ao encontro da necessidade de construir marcos capazes de intermediar a complexa relação entre meio ambiente, saúde e desenvolvimento econômico e social (RAMOS, 2013). As metodologias para estudos e ações que dizem respeito à relação da saúde com o ambiente, tomado em sua globalidade ou restrito a um dado ambiente em particular, são necessariamente mais diversas e complexas do que nas outras áreas da Saúde Coletiva (CÂMARA & TAMBELLINI, 2003).

Em Saúde Ambiental, existe um campo em aberto e ainda bastante inexplorado. A diversidade de objetos de pesquisa e intervenção exige uma complexidade metodológica. A produção de conhecimento e sua utilização em ações da vigilância em saúde ambiental requerem, como principal estratégia, um trabalho integrado que contemple, além da participação da comunidade, a articulação de disciplinas e instituições de diversos setores (TAMBELLINI & MIRANDA, 2012).

Um dos grandes desafios colocados para a Saúde Coletiva e, particularmente, para a Saúde Ambiental, é o de estruturar sistemas de monitoramento que permitam antecipar e, se possível, prevenir as consequências das mudanças ambientais para a saúde humana. O que requer uma sistemática coleta e análise de dados que permitam construir indicadores que apontem esta inter-relação e subsidiem a planificação de ações (FREITAS, 2011).

A Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) define Atenção Primária Ambiental (APRIMA) como uma estratégia de ação ambiental, basicamente, preventiva e participativa em nível local e reconhece o direito do ser humano de viver em um ambiente saudável e adequado. Postula, também, o direito à informação quanto aos riscos do ambiente em relação à saúde, bem-estar e sobrevivência, ao mesmo tempo em que define as responsabilidades e deveres da Atenção Básica (AB) em relação à proteção, conservação e recuperação do ambiente e da saúde (OPAS, 2009).

A AB caracteriza-se como um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção

de agravos e o desenvolvimento de relações de vínculo e responsabilização entre as equipes e a população adscrita garantindo a continuidade das ações de saúde e a longitudinalidade do cuidado (BRASIL, 2012). A AB tem o Estratégia Saúde da Família (ESF) como vetor prioritário para sua organização de acordo com os preceitos do SUS (CAMPOS, 2014).

Os agentes comunitários de saúde (ACS) surgiram na Saúde Coletiva dentro de um contexto sob o acúmulo e influências sociais, ideológicas, políticas e técnicas, envolvendo demandas de ordem nacional e internacional (BARROS et al., 2010). Conforme Santos et al. (2011), o ACS possui a função de ser o principal elo entre a ESF e a comunidade, permitindo o fortalecimento do vínculo com a família, proporcionando a aproximação das ações de saúde ao contexto domiciliar, aumentando a capacidade da população de enfrentar os problemas.

A ESF pode ser entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde (BRASIL, 2012; LANZONI et al., 2014). Conforme Figueiredo (2011), na ESF, o trabalho em equipe é considerado um dos pilares para a mudança do atual modelo hegemônico em saúde, com interação constante e intensa de trabalhadores de diferentes categorias e com diversidade de conhecimentos e habilidades que interajam entre si para que o cuidado ao usuário seja o imperativo ético-político que organiza a intervenção técnico-científica.

O município de São José do Sul/RS é considerado de pequeno porte 1, contando com uma população de 2.082 habitantes (IBGE, 2014). Possui uma área territorial de 59,03 km², com uma densidade demográfica de 35,3 habitantes por Km². Segundo o Plano de Saneamento do município (PSM, 2013), destes 2.082 habitantes, 720 habitantes (34,58%) residiam na zona urbana do município e 1.362 habitantes (65,42%) na zona rural.

O município conta com um centro de saúde onde existe o ESF, desde o ano de 2001, atendendo, aproximadamente, 729 famílias. O território encontra-se dividido em 8 micro áreas, com a presença de um 1 ACS por micro área.

Para esta pesquisa, foi definido como objetivo geral descrever o processo de promoção da Saúde Ambiental no ESF, no município de São José do Sul/RS. Como objetivos específicos, realizar o diagnóstico ambiental situacional do município, identificar como a AB pode ser envolvida na prevenção e controle de problemas

ambientais locais e analisar a inserção do profissional de meio ambiente (atribuições) na APRIMA.

2 METODOLOGIA

Para este trabalho foram utilizados como instrumentos de interrogação dois roteiros semiestruturados para entrevistas e um questionário. Estes instrumentos foram testados previamente, com o objetivo de se avaliar a adequação da linguagem, além de se estimar o tempo ocupado por essas atividades.

Os roteiros semiestruturados para as entrevistas foram elaborados tendo como base, o modelo utilizado por Valesque (2010). O questionário foi elaborado usando como referência o roteiro de Quintieri (2003) e a definição para problemas ambientais locais urbanos e rurais, sob atenção da APRIMA, definidos pela Divisão de Saúde e Ambiente da OPAS (OPAS, 1999). Todas as referências foram adaptadas para atender aos objetivos deste estudo. O pré-teste ocorreu no município de Harmonia/RS, levando-se em consideração a proximidade com o local de estudo, além de fatores como população, área territorial, cultura e similaridades socioeconômicos.

Um dos roteiros semiestruturado para entrevista foi aplicado junto aos gestores municipais: Secretária de Saúde, Saneamento e Assistência Social e Secretário de Agricultura e Meio Ambiente. O segundo roteiro foi empregado junto aos profissionais de saúde da UBS: enfermeiros (2), médicos (2), odontólogos (2), técnicos de enfermagem (5) e auxiliar de saúde bucal (1). Os dados das entrevistas foram coletados através de gravação de áudios, sendo estes excluídos após a transcrição das falas.

O questionário foi elaborado com a finalidade de ser aplicado junto aos ACS (8) e membros da comunidade do município de São José do Sul/RS, de forma que cada informante pudesse expressar sua opinião sobre o tema Saúde Ambiental e como ela está inserida em suas atividades e no seu dia a dia.

Para o acesso aos membros da comunidade, contou-se com a aplicação da técnica do *Snow Ball* (DEWES, 2013). Cada ACS, previamente capacitado, indicou três moradores de sua micro área de atuação e aplicou o instrumento. O questionário foi aplicado junto a 31 informantes. A amostragem não probabilística

em *Snow Ball* é um método que não se utiliza de um sistema de referências, mas de uma rede de relação dos membros existentes na amostra. O processo começa com certo número de pessoas selecionadas e que fazem parte da população alvo. Estas pessoas, por sua vez, são incumbidas de indicar outros indivíduos para a amostra, dando o efeito de bola de neve. Segue-se até alcançar o tamanho amostral desejado, o “ponto de saturação”, quando os novos informantes passam a repetir os conteúdos já obtidos em questionários anteriores, sem novas informações relevantes (OCHOA, 2015; DEWES, 2013).

Foi agendada uma visita ao escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de São José do Sul/RS, com o objetivo de ouvir o agrônomo responsável quanto a pontos levantados pelo questionário. Essa conversa transcorreu de modo informal.

Procedimentos analíticos

Os dados obtidos pelas entrevistas e questionários foram tratados pelo procedimento da Análise de Conteúdo. Trata-se de uma técnica de análise das comunicações, que explora o que foi dito nas entrevistas, ou observado pelo pesquisador. Na investigação do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. Procedimento mais atento em identificar expressões-chave representativas das percepções comunicadas nas respostas (CÂMARA, 2013; SILVA & FOSSÁ, 2013).

Em todas as situações, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo aos respondentes que poderiam vir a desistir da participação em qualquer momento. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da Universidade Luterana do Brasil, sob número de processo CAEE 54316816.9.0000.5349.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

- **Diagnóstico situacional: problemas ambientais enfrentados pelo município**

Participaram da aplicação do questionário 31 pessoas, sendo 24 do sexo feminino e 7 do sexo masculino, estando 18 na faixa etária dos 16 aos 38 anos de idade e 13 na faixa etária dos 39 aos 56 anos de idade.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 612-633, out./dez. 2017.

Foram elencados, de acordo com APRIMA, um conjunto de possíveis problemas ambientais (Tabela 1). Cada respondente conferiu, para cada problema indicado, um grau de impacto entre os três propostos pela escala do instrumento.

Tabela 1: Problemas ambientais locais e número de moradores-respondentes por grau de impacto atribuído, São José do Sul/RS

São José do Sul	Pouco Impacto	Médio impacto	Grande Impacto	Não responderam
Poluição do ar	14	6	8	3
Poluição acústica	18	8	1	4
Contaminação da água	9	10	8	4
Qualidade do abastecimento de água potável	18	6	3	4
Descarte de resíduos (lixo)	10	9	8	4
Uso indevido do solo	8	10	9	4
Vetores de doença	7	11	10	3
Ruas sem pavimentação	14	7	6	4
Incinerações não autorizadas	9	7	11	4
Falta de áreas verde	18	4	5	4
Desastres naturais	15	10	2	4
Saneamento básico	9	11	7	4
Uso de agrotóxicos	3	5	20	3
Erosão do solo	12	8	7	4
Desmatamento	9	9	9	4

Os cinco problemas ambientais que ganharam destaque como de grande impacto, atribuído pelos moradores, em ordem decrescente de importância, foram: uso de agrotóxicos, incinerações não autorizadas (queima de resíduos), vetores, uso indevido do solo e desmatamento (Tabela 1).

O uso de agrotóxicos é um problema, não só no município, mas em toda a região do Vale do Caí/RS. Uma região de cultivo de cítricos, onde a maioria dos agricultores usa diversos tipos de herbicidas e pesticidas na produção agrícola. Frequentemente, sem o acompanhamento de um profissional habilitado para fazer a sua utilização adequada. Percebe-se a ausência de cuidados com a saúde do agricultor, que não faz o uso de equipamentos de proteção individual. Os moradores alegam que o uso de máscaras e roupas com mangas compridas atrapalhariam a aplicação do agrotóxico em dias quentes. Outro problema, associado ao largo uso de agrotóxicos na região, refere-se à lavagem do recipiente. Quando esta lavagem não é realizada de forma correta, pode vir a causar a contaminação do solo e, conseqüentemente, o lençol freático.

Identifica-se certa dificuldade quanto ao cumprimento da logística reversa das embalagens do agrotóxico. Com as embalagens vindo em forma de baldes, é comum encontrá-las sendo reaproveitadas tanto para o trabalho agrícola como para o serviço doméstico. Identificou-se a preocupação dos moradores com a possível contaminação de nascentes e arroios. Os agrotóxicos causam diversos problemas à

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 612-633, out./dez. 2017.

saúde: tumores, transtornos imunitários, transtornos mentais, doenças do aparelho circulatório, respiratório e digestivo (DUTRA & FERREIRA, 2017; SOUZA et al., 2017; ABRASCO, 2015; SILVA et al., 2006; MARGNI et al., 2002).

A Secretaria Municipal de Saúde do município não possui dados de quantas pessoas fazem uso de antidepressivos. Entretanto, por levantamento informal, junto à atendente da farmácia da UBS, soube-se que cerca de 20% dos usuários, que demandam medicamentos, fazem uso do mesmo. Além da depressão, outro problema associado ao uso de agrotóxicos são os casos de suicídio, que ocorrem em vários municípios do Vale do Caí/RS. Não há dados sistematizados a respeito. Sugere-se a implementação de um sistema de notificação, investigando o nexo causal entre os eventos (FALK et al., 1996).

Quanto ao segundo problema ambiental apontado como de relevante impacto local, as incinerações não autorizadas, chamaram a atenção as contradições entre respostas dadas para diferentes perguntas do instrumento. O município é atendido pela coleta dos resíduos sólidos, e os moradores informaram que seus resíduos são encaminhados a este serviço. Entretanto, observam que há ocorrências de resíduos sendo incinerados de forma irregular. Fundamental seria compreender, junto à população, as causas desta prática, num município que conta com um programa de recolhimento com 100% de cobertura.

Vetores foram considerados o terceiro problema de maior impacto. A grande presença de mosquitos, moscas e borrachudos é um assunto frequentemente abordado pela comunidade junto aos ACS. Em suas respostas os moradores alegaram que a criação de animais tem ligação com a proliferação, além de resíduo acumulado, principalmente, em beiras de estradas.

O uso indevido do solo foi apontado como o quarto problema ambiental a que o município encontra-se exposto. Para o agrônomo da EMATER, na visão dos moradores, o uso indevido do solo poderia estar relacionado ao enterro de resíduos sólidos ou à disposição de dejetos suínos em solo descoberto, o que ocorre já que os suinocultores precisam esvaziar suas esterqueiras. Há, também, a prática do plantio de eucaliptos, em áreas de banhado, para secar a terra; outro ponto que pode ter sido considerado na avaliação deste risco.

O desmatamento foi considerado em quinta posição entre os principais danos ambientais. Em áreas rurais, ocorre para ampliar a área de produção agrícola. Uma das principais consequências é a falta de proteção das nascentes, ataque de

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 612-633, out./dez. 2017.

animais silvestres a plantações e à criação de animais domésticos, desequilíbrio na temperatura e ciclos de chuvas.

Por outro lado, tem-se aqueles problemas ambientais que, apesar de também afetarem a saúde pública, são vistos com menor preocupação. Os problemas considerados de menor impacto, em ordem crescente de importância atribuída foram: falta de áreas verdes, qualidade da água abastecida, poluição acústica, desastres naturais e poluição do ar.

A ausência de áreas verdes foi classificada como o problema de menor impacto ambiental, entre todos os considerados pela APRIMA e propostos pelo instrumento, portanto visto como de pouca importância pela população. São José do Sul/RS conta com uma praça pública com pequeno espaço físico, pouca área verde e as árvores ali plantadas ainda não estão em fase adulta para gerar sombra. Infere-se que um dos motivos pelos quais a comunidade possa não ter colocado áreas verdes como um item importante seria pelo fato de haver áreas verdes nas áreas de produção agrícola.

Destaca-se, na sequência, a qualidade da água abastecida como um problema de menor preocupação. O município dispõe de poços artesianos para o abastecimento. No entanto, todos os poços deveriam estar protegidos por cercamento, evitando a circulação próxima e os riscos de adulteração do dosador de cloro ou contaminação, com danos à saúde da população.

Outro problema enfrentado pelo município, em relação ao abastecimento da água por poços artesianos, refere-se à outorga. Os poços são perfurados nas propriedades, no entanto, não há o registro de quantos seriam, o mapeamento de quem os utiliza e se possuem outorga. Desconhece-se, também, se estes poços tiveram sua água submetida à análise, verificando-se se estariam atendendo aos padrões de potabilidade exigidos pela Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011). Como lembra Heller (2006), o abastecimento de água é entendido como uma ação que visa, prioritariamente, à proteção da saúde humana. Logo, sempre que possível, devem ser destacadas as boas práticas no abastecimento de água, visando à proteção à saúde e mencionadas às práticas não recomendáveis, que ampliam o risco para a saúde.

A poluição acústica é considerada, também, um problema ambiental, entretanto, de menor preocupação pelos moradores entrevistados. Em São José do Sul/RS, existe, no centro da cidade, uma indústria de esquadrias e um abatedouro

que, durante seus expedientes de operação, podem interferir no nível de ruído percebido pela população. Na área rural, tem-se a interferência dos maquinários agrícolas (tratores, motosserras e moedores de pasto) e o maquinário para realizar roçadas em estradas.

Quanto aos desastres naturais, em decorrência de sua localização geográfica, localizado no início da Serra Gaúcha e distante do Rio Caí/RS, o município não sofre com problemas socioambientais como enchentes e deslizamentos. No entanto, temporais com granizo, ventos fortes e secas comprometem a safra dos moradores que sobrevivem da agricultura. Esses episódios costumam representar perda para a então safra e para a safra por vir.

Em relação à poluição atmosférica, os moradores de algumas micro áreas costumam queixar-se da qualidade do ar, pois moram em áreas que possuem fornos de carvão. Os fornos de carvão do município possuem licenciamento ambiental, no entanto, de acordo com a direção do vento, a fumaça acaba dirigindo-se para áreas residenciais, comprometendo a qualidade do ar e trazendo incômodo para quem reside nas áreas afetadas pelo odor.

Um tópico importante não foi citado pelos moradores como problema ambiental local: o saneamento básico. Merece relevância este achado, pois encontra-se, diretamente, ligado à saúde humana e ambiental. Conforme Júnia (2016), a população que não tem saneamento encontra-se adoecida, acompanhada dos problemas decorrentes como, por exemplo, diarreia, cólera e hepatite. O saneamento básico segue recebendo atenção, internacionalmente. Em 2007, mais de 11.300 leitores do *British Medical Journal* (BMJ) escolheram a introdução de água potável e disposição adequada de esgoto – "a revolução sanitária" – como o mais importante marco médico e em Saúde Pública desde 1840, quando o BMJ foi publicado pela primeira vez (FERRIMAN, 2007).

- **Equipe ESF, Saúde Ambiental e APRIMA: entendimentos**

Através das entrevistas aplicadas junto aos profissionais do ESF, obteve-se o entendimento destes para expressões como Saúde Ambiental e Promoção de Saúde, problemas ambientais locais que reconhecem e sobre as formas que a Saúde Ambiental encontra-se articulada com a AB no município de São José do Sul/RS.

Percebeu-se que, durante a aplicação das entrevistas, a pergunta “O que você entende por Saúde Ambiental?” foi, por diversas vezes, solicitada para ser respondida ao final, pois precisavam de mais tempo para pensar numa resposta. Com este comportamento frequente, pode-se inferir que este tema não é comum na rotina e reflexão dos profissionais de saúde.

Em síntese, definiram Saúde Ambiental como:

Saúde Ambiental é tudo que está em volta da pessoa, é a sanidade ambiental, limpeza, prevenção dos problemas ambientais que podem afetar a saúde do homem no meio ambiente.

Para a pergunta sobre o entendimento que possuem do que seja o campo de atuação da promoção de saúde, muitos responderam associando-a com a noção de prevenção de saúde. Ações voltadas ao controle específico de doenças, refletindo uma concepção médico-curativa. As respostas para esta questão, dadas pelas técnicas de enfermagem, acentuam esta visão por expressar o caráter individualista das ações e iniciativas, dando a entender que só o paciente é responsável pelo cuidado de sua saúde. Uma atitude na qual não comparece a ideia de que problemas de saúde coletiva exigem soluções, também, de caráter coletivo. Isso é percebido em diversas falas:

(...) Promover a saúde pra mim é a pessoa se cuidar, isso é muito importante, mas acima de tudo, tu manter um ambiente saudável. Também é importante, alimentação saudável (...).

Eu acho que.... que mais seria coisa pra tu prevenir e pra tu não ter no caso desenvolvimento de doenças (...).

Acho que é o bem estar do paciente, da pessoa, é atendendo, cuidando, fazendo que ele se preocupe com a saúde todos os dias tipo... É, como vou te explicar, que ele crie um hábito saudável de vida, qualidade de vida, exercício físico, alimentação, para que sua vida continue numa situação de estabilidade.

Achados que ainda confirmam estudo realizado por Ianni & Quitério (2006), evidenciando que o conceito de promoção da saúde que aparece de forma mais imediata, junto a AB, reflete apenas a ideia de uma espécie de “prevenção ampliada”. Soma-se a percepção de que a ação intersetorial, pedra angular da promoção, depende de um certo nível de comunicação e informação dos diferentes setores, aos quais muitas vezes eles não têm acesso.

Já os profissionais médicos e enfermeiras possuem um entendimento de que promover a saúde não depende somente do indivíduo e, sim, de mais fatores, como o envolvimento da AB e fatores externos como o ambiente em que vive. Como se percebe nas três respostas a seguir:

É muito amplo o entendimento de promoção de saúde, tudo que a gente faz que vai favorecer o estilo de vida saudável, que vai evitar agentes

transmissores de doenças ou poluentes ou qualquer coisa que vá afetar a saúde humana.

(...) São aquelas atividades que a gente faz para promover, como mesmo fala, as ações de saúde para evitar de ficar doente. Então são aquelas atividades preventivas que a agente faz para evitar qualquer coisa.

Promoção da saúde significa identificar, assim, fatores de risco pra saúde, pro bem estar do ser humano e, assim, buscando a qualidade de vida.

No que diz respeito à ligação de Saúde Ambiental com AB, observou-se respostas muito vagas, como: “*Sim, muito*” e “*Acho que sim*”. Respostas sem alguma convicção, denotando a ideia de tratar-se de um campo pouco pensado, como consequência, sem compreender mais objetivamente o que é Saúde Ambiental e qual a sua interferência na saúde humana.

Por outro lado, entrevistados, ao serem perguntados sobre o papel da AB no enfrentamento das questões ambientais, trouxeram conceitos fundamentais como os de: trabalho em conjunto, ser acessível e trabalhar com demais setores do município. A fala que melhor representou as ideias dos entrevistados foi:

É andar sempre em conjunto, até porque o meio ambiente, quando ele tem algum problema, ele vai também ocasionar o problema de saúde. Então se ele não tá andando junto com a Secretaria de Meio Ambiente, junto com a Secretaria de Saúde, em algumas questões a população daqui a pouco também vai ficar doente.

Percebeu-se que, para alguns dos profissionais entrevistados, para ter-se uma população sadia e com qualidade de vida, é importante levar em consideração as condições ambientais nas quais elas vivem, pois acabam por impactar a vida e a saúde dos usuários da UBS.

No que diz a respeito à articulação da AB com a Saúde Ambiental, novamente, os entrevistados depararam-se com dúvidas: (1) se aconteceria ou não no município de São José do Sul/RS; (2) se houvesse, de que forma esta articulação estaria ocorrendo no município. Entretanto, propuseram iniciativas como: “*Acho que isto deveria/deve ocorrer na reunião dos secretários, pois ali é o momento de se debater o que acontece de fato no município*”. Outro entrevistado, em seu depoimento, destaca aspectos aqui abordados, anteriormente, articulando em sua resposta algumas das questões propostas a ele ao longo da entrevista:

Esta articulação, na prática, não ocorre, pois a AB ainda se mantém muito individualista, que não se pensa na parte coletiva, e ainda falta espaço para este tipo de discussão.

Sobre os problemas ambientais enfrentados pelo município, os achados mostram uma visão dos profissionais de saúde diferente da relatada pelos moradores. Os moradores identificaram o uso de agrotóxico como um grande problema ambiental enfrentado pelo município. Já este problema foi pouco lembrado

pelos profissionais da UBS. Estes, por outro lado, lembram a falta de saneamento básico enfrentada pelo município, que conta apenas com sistema fossa-filtro-sumidouro, exigido para as residências construídas a partir de 2006, obedecendo a resolução CONSEMA 128/2006.

Diversas falas relataram a presença de esgoto parado em valas, o que ajudaria na proliferação de vetores, principalmente, mosquitos como o *Aedes aegypti*, responsável por doenças como dengue, Zika Vírus e Chikungunya. Alguns, também, manifestaram preocupação com os dejetos de animais, principalmente, os que provêm de atividades de suinocultura e avicultura. Outro problema apontado foram os resíduos domiciliares perigosos, que não são recolhidos pela empresa contratada para fazer o serviço de coleta de resíduos urbanos, como as lâmpadas, pneus, televisores e demais eletrônicos que deveriam receber a aplicação da logística reversa, conforme Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010).

Observa-se que a AB de São José do Sul/RS não investe em capacitações na temática ambiental. Dos onze (11) entrevistados, apenas um teve participação em algum curso ou treinamento relacionado ao meio ambiente. A isso pode-se atribuir parte da dificuldade dos entrevistados em perceber qual o papel da AB sobre a qualidade do meio ambiente e no que isto interfere na saúde da população atendida. Na fala do profissional que possui alguma capacitação nesta área, vê-se a importância de se ter este conhecimento. Conhecimento que pode ser aplicado na realização de diagnósticos, durante as consultas, explorando nexos causais entre queixas apresentadas e condições ambientais locais e ocupacionais:

Sim eu já fiz cursos sobre Neurotoxicologia Ambiental, doenças relacionadas ao trabalho, por isso que eu falei dos agrotóxicos, pois causam muitas doenças que as pessoas nem sabem, até depressão tem relação com o uso dos agrotóxicos, dores na coluna, dores no ciático, dormência das extremidades e as pessoa não associam isso aos agrotóxicos. Eles acham que só a exposição aguda causa problemas, na verdade, aquele uso crônico, lento e repetido vai lentamente danificar o organismo, também.

Sobre a importância de um profissional da área ambiental atuando na AB, os entrevistados disseram que “*Sim, haveria a necessidade*”. Reconhecem a necessidade do município em dispor de um profissional como este, inserido na equipe, mas não mencionaram as atribuições ou caracterizaram o papel que teria. Em uma das falas, encontra-se um questionamento sobre o custo de manter-se o profissional, uma vez que São José do Sul/RS é um município pequeno. Porém, os municípios da região compõem o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Caí/RS (CIS/CAI), do qual participam 27 municípios. Os consórcios intermunicipais

constituem-se numa iniciativa autônoma de municípios que se associam para gerir e prover serviços especializados, e de apoio a diagnóstico de maior densidade tecnológica à população das municipalidades participantes, de forma conjunta (RODRIGUES, 2012).

- **Gestores municipais: o valor atribuído ao profissional ambiental**

Os gestores municipais expressaram urgência em se ter um profissional da área ambiental, pois, atualmente, o responsável em atender as necessidades ambientais do município está vinculado apenas à Secretária de Meio Ambiente e realiza seu trabalho apenas em um turno e uma única vez por semana. A Secretaria de Saúde não conta com nenhum profissional desta área e conforme a declaração da Secretária, em sua entrevista, "*Poderia, sim, haver um profissional com qualificação e formação na engenharia ambiental para compor a equipe*". As ações da vigilância em saúde ambiental são desenvolvidas, conforme informado em entrevista, em atividades realizadas junto às escolas e através das ACS, que realizam divulgação de temas relacionados à saúde.

Com as entrevistas, pode-se observar que a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente não possui vínculo e integração com a Secretaria de Saúde, Saneamento e Assistência Social de São José do Sul/RS. O seu gestor teve dificuldades em responder à entrevista, manifestando, inclusive, que estas questões não eram relacionadas à sua secretaria. Percebe-se que os gestores não possuem entendimento comum quanto à forma que a articulação da gestão da AB com a gestão em Saúde Ambiental poderia ocorrer. Cada gestor respondeu de forma muito diferente, dando a entender que não há uma comunicação entre estes setores sobre o assunto.

- **Saúde Ambiental na Atenção Básica: uma metodologia em construção**

Apesar da constatação de que se encontrará, na AB, equipes que não possuem o entendimento do papel e atribuições do Engenheiro Ambiental, junto ao ESF, este profissional poderá trabalhar, abrindo e configurando, gradualmente, um campo de atuação em três dimensões: (1) cenário de fundo, (2) avaliação ambiental estratégica (AAE) e (3) ações.

- Cenário de Fundo

O campo da Saúde Ambiental envolve dois imperativos: multidisciplinar e intersetorial. O imperativo multidisciplinar implica trabalhar a temática com os

profissionais de saúde, auxiliando-os a realizarem análises das condições ambientais e estabelecendo nexos causais com os quadros de adoecimento e morte. O imperativo intersetorial implica dispor de trânsito entre todos os setores municipais, para a difusão da temática e articulação de ações conjuntas. Para o atendimento destes imperativos, propõe-se a esse profissional da área ambiental, um ponto de partida para esta jornada, combinando os achados deste estudo e contribuições do *Mapping Health Toolkit* (HUNTER & BUCKLEY, 2013):

- Assessorar na compreensão da natureza e dos determinantes ambientais que levam aos resultados encontrados, no município, em termos de Saúde Pública e desigualdades;
 - Auxiliar na identificação das prioridades em Saúde Ambiental para a sua área local;
 - Desenvolvimento de um perfil de Saúde Pública que mapeia uma série de resultados de saúde, e as subjacentes causas de problemas de saúde e desigualdades, dentro da sua área de atuação, ligadas a condições ambientais;
 - Apoiar ações e parcerias na prestação de serviços com outros setores da administração municipal e setor privado;
 - Oferecer uma apreciação e conhecimento dos recursos e ferramentas da Saúde Ambiental que estão disponíveis para trabalhar;
 - Contribuir para melhorar a tomada de decisão estratégica e política de aprendizagem, relacionadas à Saúde Ambiental, dentro das organizações governamentais e não governamentais.
- Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

A AAE significa a realização de diagnósticos ambientais situacionais periódicos, com especial atenção aos determinantes ambientais das condições de saúde da população local e aos nexos causais entre condições ambientais e agravos para a saúde sofridos pela população. Para isto, contaria, como recursos e procedimentos: as visitas de rotina das ACS, capacitando-as e acompanhando-as em seu dia a dia, estimulando que, quando perceberem algum agravo ambiental na comunidade, levem esta informação até a Secretaria de Saúde para que, junto com o(a) engenheiro(a) ambiental e demais setores envolvidos, defina-se medidas preventivas e mitigadoras a serem tomadas; atenção periódica aos relatórios de atendimento das unidades de saúde do município; e trabalhar com a comunidade,

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 612-633, out./dez. 2017.

através de discussões em grupos, os efeitos nocivos à saúde que os problemas ambientais podem causar.

- Ações voltadas ao estudo de caso: o município de São José do Sul/RS

Como desdobramento do diagnóstico ambiental situacional realizado junto ao município, propõe-se um quadro-síntese com as ações que poderiam ser implementadas por este profissional (Tabela 2).

Tabela 2: Saúde Ambiental e o profissional da área ambiental: ações a serem implementadas no município de São José do Sul/RS

Problema Ambiental	Intervenções do Profissional da Área Ambiental
Abastecimento água por poços artesianos (individuais)	Realizar levantamento e registro do número de poços que existem em uso, o mapeamento de quem os utiliza, se possuem outorga e se estariam atendendo aos padrões de potabilidade
Abastecimento água por poços artesianos (tutela do município)	Promover o cercamento e acompanhamento da manutenção desses poços
Capacitação dos ACS na temática Saúde Ambiental	Capacitar a equipe de ACS sobre a temática Saúde Ambiental, para melhor identificar os problemas ambientais enfrentados nas micro áreas em que residem e no que isso interfere na saúde dos moradores locais
Coleta e segregação dos resíduos sólidos domiciliares (Queima de resíduos)	Trabalhar com os moradores sobre a correta segregação dos resíduos e os riscos, com a queima, para a saúde humana e ambiente Buscar entender por que a queima dos resíduos é feita Reforçar que não haveria a necessidade desta prática, pois o município conta com 100% de cobertura no recolhimento dos resíduos sólidos
Embalagem de agrotóxicos	Implementar um programa de logística reversa
Medicamentos em desuso	Não há o hábito de devolução desses produtos à UBS ou entrega ao ACS, para que possam ser descartados, adequadamente. Moradores jogam os medicamentos no sanitário, resíduo residencial ou enterram, não se preocupando com os efeitos que podem trazer ao ambiente e saúde Orientar a população quanto ao descarte correto de medicamentos em desuso ou vencidos e como o descarte incorreto pode comprometer a saúde ambiental e humana Neste tópico, insere-se, também, o descarte de remédios de uso veterinário
Programa Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) acompanhado pelas Oficinas Municipais de Saneamento (OMS)	Fazer uso do programa promovido pela FUNASA, para pequenos municípios, principalmente, em sua área rural, para a implementação de fossa filtro em todas as residências. E, através das OMS, ouvir da comunidade ideias e propostas para melhorar o saneamento
Poluição Acústica	Procurar realizar verificações dos níveis de ruído (utilizando-se decibelímetro) nas indústrias e comércio que existe no centro da cidade, procurando verificar se estão dentro dos padrões estabelecidos em lei

Poluição Olfativa	Promover ações em conjunto com suinocultores e com responsáveis pelo abatedouro, para buscar medidas de redução do odor
Resíduos e Vetores: disseminação de doenças tropicais negligenciadas	Elaborar material educativo para distribuição e debater esta temática nas escolas, orientando as crianças e a população em geral sobre a relação do descarte incorreto de resíduos e como isto interfere na saúde da comunidade através da proliferação de vetores
Resíduos orgânicos	Composteira: realizar ações conjuntas entre as escolas e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para, através da realização de composteiras, gerar adubo orgânico Adubo que poderá ser utilizado em hortas comunitárias, evitando o uso de agrotóxico e envolvendo a população na reflexão sobre a importância de fazer a correta segregação dos resíduos orgânicos
Saneamento básico	Propor estações de tratamento de efluentes domésticos compactas, visando tratar o esgoto gerado pela população urbana
Suinocultura	Capacitar os ACS para aconselhar e orientar, corretamente, os moradores que lançam os dejetos de suínos em locais impróprios Atividade de grande potencial poluidor, face ao elevado número de contaminantes gerados pelos seus efluentes, podendo representar importante fonte de degradação do ar, recursos hídricos e solo (PERDOMO et al., 2001). A degradação biológica dos resíduos produz gases tóxicos, cuja exposição a níveis elevados pode reduzir o desempenho zootécnico dos suínos e incapacitar, precocemente, os tratadores ao trabalho
Uso de agrotóxicos	Auxiliar a equipe a abordar, junto à comunidade, os efeitos dos agrotóxicos sobre o ambiente e saúde: os efeitos costumam aparecer com o passar dos anos e os sintomas podem não ser associados ao seu uso Associar às doenças causadas em quem aplica ou consome produtos que tiveram aplicação direta ou indireta

Através dos resultados obtidos nas entrevistas e nos questionários, vê-se a importância de se inserir um profissional da área ambiental para que este tenha uma atuação na AB, dentro do ESF. Este profissional possui um olhar crítico para os problemas ambientais que ocorrem no município e região e em como podem interferir na saúde da comunidade.

Para esta inserção dar resultado, é fundamental que a população local e todos os setores do poder público municipal, como Secretaria de Saúde, Saneamento e Assistência Social, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Educação, EMATER, CRAS, entre outros, envolvam-se neste trabalho de enfrentamento dos problemas ambientais locais, trazendo suas sugestões, dúvidas e ideias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso iniciou-se através da aplicação dos questionários e das entrevistas, ambos aprovados pelo CEP desta Universidade, na comunidade e nos membros de interesse de São José do Sul/RS. Através das respostas obtidas, conseguiu-se caracterizar um diagnóstico ambiental para este município.

A caracterização ambiental diagnosticou que o município apresenta problemas relacionados com as práticas do campo, como o uso de agrotóxicos, incinerações não autorizadas, vetores e desmatamento. E problemas mais urbanos como a falta de saneamento básico, onde o principal problema são os esgotos a céu aberto e residências que ainda não contam com fossa filtro, favorecendo, também, o aparecimento de vetores.

Os dados resultantes desta pesquisa demonstraram a importância de se ter um profissional de Meio Ambiente, inserido na atuação da AB. A visão ambiental ainda não se encontra inserida no cotidiano destes profissionais, cuja principal consequência seria não perceberem que a demanda dos usuários que procuram atendimento na UBS pode estar relacionada a determinantes ambientais. Ao engenheiro(a) ambiental caberia, entre outras atribuições, assessorar as equipes na compreensão da natureza e dos determinantes ambientais que levam aos resultados encontrados e oferecer os recursos e ferramentas da Saúde Ambiental que estão disponíveis.

Este profissional seria importante não apenas para atuar na AB, como também, atuar em conjunto com as demais secretarias municipais, numa perspectiva intersetorial. Para municípios de menor população, a viabilização do investimento neste tipo de profissional poderia dar-se via os Consórcios Intermunicipais. Este estudo elenca uma série de ações que poderiam ser tomadas em conjunto com o profissional de Engenharia Ambiental, visando o enfrentamento das questões ambientais locais, como: capacitação dos ACS na temática, o uso de agrotóxicos, suinocultura, saneamento básico, MSD e OMS, resíduos orgânicos e abastecimento por poços artesianos.

Por fim, o estudo evidencia o desconhecimento sobre a APRIMA, suas estratégias e o papel do profissional da área ambiental junto à ESF. Contexto que contribui para a inexistência de trabalhos coletivos entre as diferentes secretarias municipais na promoção à Saúde Ambiental. Assim, faz-se necessário o

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 612-633, out./dez. 2017.

desenvolvimento de ações de capacitação no âmbito dos Conselhos Municipais de Saúde e de Meio Ambiente e outras instâncias de controle social.

PRIMARY ENVIRONMENTAL HEALTH IN THE UNIFIED HEALTH SYSTEM AND LOCAL ENVIRONMENTAL PROBLEMS: THE SÃO JOSÉ DO SUL/RS, BRAZIL CASE

ABSTRACT

The health sector has been urged to participate actively in both its traditional role in caring for people affected by environmental risks and by the appreciation of the promotion actions. Within the Primary Care (PC), the Ministry of Health has the Family Health Strategy (FHS) as the main strategy to reshape the health care model. This study aimed to carry out the environmental diagnosis of São José do Sul/RS, describe the process of promotion of Environmental Health at FHS and discuss the involvement of the environmental professional in Primary Environmental Care. Questionnaires were applied with community health workers (CHW) and community, and interviews with the health professionals of the basic unit and municipal managers. The environmental characterization showed that the municipality has problems with the practices in the rural area, such as the use of pesticides, unauthorized burnings, disease vectors and deforestation. In addition to urban problems such as lack of basic sanitation. Interviews with managers and health professionals showed that the concept of environmental health is not also inserted in daily life, showing that this is a relatively unexplored field. This study lists a series of actions that could be taken in conjunction with the professional of the environmental engineering, aimed at addressing environmental issues in the city of São José do Sul/RS as training of CHW on the issue, the use of pesticides, creation of swine, sanitation, household sanitation improvements, municipal health workshops, organic waste and water supply by artesian wells.

Keywords: Primary Environmental Care; Environmental Engineering; Family Health Strategy; Community Health Worker; Content Analysis.

REFERÊNCIAS

ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. 2015. Disponível em: <http://abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/>. Acesso em: 24 out. 2017.

BARROS, D.F.D. et al. O contexto da formação dos agentes comunitários de saúde no Brasil. *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 78-84, 2010.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 09 out. 2015.

BRASIL. Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília/DF: MS, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.

CÂMARA, R.H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

CÂMARA, V.M; TAMBELLINI, A.T. Considerações sobre o uso da epidemiologia nos estudos em saúde ambiental. *Rev. Bras. Epidemiol*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 95-104, 2003.

CAMPOS, W.D.S. Uma utopia possível: o SUS Brasil. 2014. Disponível em: www.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/145/reportagens/uma-utopia-possivel-o-sus-brasil. Acesso em: 03 set. 2015.

DEWES, J.O. Amostragem em bola de neve e respondente - Driven Sampling: uma descrição dos métodos. 2013. Trabalho de Conclusão (Curso de Graduação em Estatística)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DUTRA, LS; FERREIRA, A.P. Associação entre malformações congênitas e a utilização de agrotóxicos em monoculturas no Paraná, Brasil. *Saúde debate*, v. 41, n. spe2, p.241-253, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000400241&lang=pt. Acesso em: 24 out. 2017.

FALK, J.W. et al. Suicídio e doença mental em Venâncio Aires-RS: consequência do uso de agrotóxicos organofosforados? 1996. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/110966>. Acesso em: 07 jun. 2016.

FERRIMAN, A. BMJ readers choose sanitation as greatest medical advance since 1840. *British Medical Journal*, London, v. 334, p.111, 2007. Disponível em: <http://www.bmj.com/content/334/7585/111.2>. Acesso em: 27 mai. 2016.

FIGUEIREDO, E.N. A estratégia saúde da família na atenção básica do SUS. UNA-SUS/ UNIFESP, 2011. Disponível em: http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade05/unidade05.pdf. Acesso em: 07 jun. 2016.

FREITAS, C.M. Saúde ambiental: guia básico para construção de indicadores. Brasília/DF: MS, 2011.

HELLER, L. Boas práticas no abastecimento de água: procedimentos para a minimização de riscos à saúde. Brasília/DF: MS, 2006.

HUNTER, J.; BUCKLEY, S. Mapping Health Toolkit: helping local councils and environmental health officers respond to the new public health agenda. 2013. Chartered Institute of Environmental Health. Nottingham Trent University. Disponível em: <http://www.cieh.org/assets/0/72/1126/1198/25f624e9-99dd-4e85-8347-6639df78fb72.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2016.

IANNI, A.M.Z; QUITERIO, L.A.D. A questão ambiental urbana no programa de saúde da família: avaliação da estratégia ambiental numa política pública de saúde. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 169-180, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. 2014. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431861&search=rio-grande-do-sul%7Csao-jose-do-sul. Acesso em: 20 set. 2015.

JÚNIA, R. Brasileiros ainda adoecem por falta de saneamento básico. 2016. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/omsambiental/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=262&sid=13>. Acesso em: 27 mai. 2016.

LANZONI, G.M.M. et al. Agente comunitário de saúde: estratégias e consequências da sua rede de relação e interações. *Rev Rene*, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 123-31, 2014.

MARGNI, M.; ROSSIER, D.; CRETZAZ, P.; JOLLIET, O. Life cycle assessment of pesticides on human health and ecosystems. *Agriculture, Ecosystems and Environment*. 93:379–392, 2002. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016788090100336X>. Acesso em: 24 out. 2017.

OCHOA, C. Amostragem não probabilística: amostra por bola de neve. 2015. Disponível em: <http://www.netquest.com/blog/br/amostra-bola-de-neve/>. Acesso em: 14 jun. 2106.

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 612-633, out./dez. 2017.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Atenção primária ambiental. Washington, D.C.: OPAS, 1999.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Atenção primária ambiental. 2009. Disponível em: www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=388:atencao-primaria-ambiental&catid=992:desenvolvimento-sustentavel-submenu. Acesso em: 02 set. 2015.

PERDOMO, C.C. et al. Produção de suínos e meio ambiente. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA SUINOCULTURA, 9., 2001, Gramado. Anais..., p. 8-24.

Disponível em: https://docsagencia.cnptia.embrapa.br/suino/anais/anais0104_perdomo.pdf. Acesso em: 10 jul. 2016.

PSM. Plano de Saneamento Municipal. Planos municipais de saneamento básico e ambiental. 2013. Disponível em: www.ciscai.com.br/. Acesso em: 10 ago. 2015.

QUINTIERI, F.A. Atenção primária ambiental: uma metodologia em construção. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2003.

RAMOS, R.R. Saúde Ambiental: uma proposta interdisciplinar. *Hygeia Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Uberlândia, v. 9, n. 16, p. 67-73, 2013.

RODRIGUES, M.L. Consórcio intermunicipal de saúde da microrregião de São Luiz Gonzaga: um estudo de caso. 2012. Monografia (Curso de Especialização)-PPG em Gestão Pública da Escola de Administração, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, K.T. et al. Agente comunitário de saúde: perfil adequado a realidade do Programa Saúde da Família? *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p.1023-1028, 2011.

SILVA, A.H.; FOSSÁ, M.I.T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *EnEPQ*, 4., 2013, Brasília/DF. Anais..., 2013, p. 1-14. Disponível em:

http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ129.pdf.

Acesso em: 29 jun. 2016.

SILVA, M.J. et al. Protocolo de atenção a saúde do trabalhador expostos a agrotóxicos. Brasília/DF: Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde. 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_atencao_saude_trab_exp_agrotoxicos.pdf. Acesso em: 10 jun. 2016.

SOUZA, G.S.; Costa, L.C.A.; Maciel, A.C.; Reis, F.D.V.; Pamplona, Y.A.P. Presença de agrotóxicos na atmosfera e risco à saúde humana: uma discussão para a Vigilância em Saúde Ambiental. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 612-633, out./dez. 2017.

p. 3269-3280, 2017. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021003269&lang=pt. Acesso em: 24 out. 2017.

TAMBELLINI, A.T.; MIRANDA, A.C. Saúde e Ambiente. In: GIOVANELLA, Ligia (org.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2012.

VELASQUE, R.C. A incorporação da saúde ambiental pela atenção básica no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública e Meio Ambiente)-ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2010.